

## **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

**ETES – Empresa de Transmissão do  
Espírito Santo S.A.**

31 de dezembro de 2019  
Com Relatório do auditor independente

# **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Balanço patrimonial .....	3
Demonstração do resultado .....	4
Demonstração do resultado abrangente .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	8



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações contábeis societárias*

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 27 de março de 2020.

### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', written over a horizontal line.

Rita de C. S. Freitas  
CRC 1SP214160/O-5

**ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>		<b>20.298</b>	<b>28.411</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.220	25.507
Investimentos de curto prazo	4	14.453	-
Concessionárias e permissionárias	5	1.550	1.512
Tributos compensáveis		831	615
Pesquisa e desenvolvimento		491	175
Outros ativos		1.753	602
<b>Ativo não circulante</b>		<b>51.857</b>	<b>53.589</b>
Concessionárias e permissionárias	5	79	120
Outros ativos não circulantes		243	234
Imobilizado	6	50.509	52.209
Intangível	6	1.026	1.026
<b>Total do Ativo</b>		<b>72.155</b>	<b>82.000</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>		<b>23.463</b>	<b>16.697</b>
Debêntures	7	7.967	7.981
Fornecedores		39	48
Obrigações sociais e trabalhistas		404	268
Tributos e contribuições a recolher		1.024	422
Partes relacionadas - Dividendos	8	12.736	7.059
Encargos regulatórios		953	896
Outros passivos		340	23
<b>Passivo não circulante</b>		<b>20.640</b>	<b>28.067</b>
Debêntures	7	19.879	27.831
Provisão para litígios	9	173	10
Outras obrigações		588	226
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>28.052</b>	<b>37.236</b>
Capital social	10.1	33.532	29.064
Reserva de lucros		(5.480)	8.172
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>72.155</b>	<b>82.000</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		16.272	15.695
<b>Tributos</b>			
Programa de Integração Social - PIS		(346)	(228)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		(1.590)	(1.049)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(142)	(137)
Reserva Global de Reversão - RGR		(423)	(408)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(65)	(63)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>11</b>	<b>13.706</b>	<b>13.810</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>13.706</b>	<b>13.810</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	<b>12</b>	(1.498)	(1.354)
Material		(37)	(67)
Serviços de Terceiros		(1.187)	(1.026)
Provisão para litígios		(164)	(161)
Arrendamento e Aluguéis		(143)	(216)
Seguros		(29)	(28)
Tributos		(50)	(58)
Depreciação e Amortização		(2.168)	(2.167)
Outras Despesas Operacionais		(22)	(78)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>8.408</b>	<b>8.655</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(2.322)	(1.292)
Receitas Financeiras		1.001	867
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>7.087</b>	<b>8.230</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	<b>13</b>	(594)	(683)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>		<b>6.493</b>	<b>7.547</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>6.493</b>	<b>7.547</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	-	-
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b><u>6.493</u></b>	<b><u>7.547</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>29.064</b>	<b>12.347</b>	-	<b>41.411</b>
Dividendos adicionais propostos aprovados		-	(5.413)		<b>(5.413)</b>
Dividendos adicionais propostos		-	(4.664)	-	<b>(4.664)</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	7.547	<b>7.547</b>
Destinação do resultado do exercício:					
Reserva legal		-	433	(433)	-
Reserva de lucros		-	3.832	(3.832)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	1.637	(1.637)	-
Dividendos mínimos obrigatórios			-	(1.645)	<b>(1.645)</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>29.064</b>	<b>8.172</b>	-	<b>37.236</b>
Aumento de Capital Social	10.1	4.468	(4.468)	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	(15.677)	-	<b>(15.677)</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	6.493	<b>6.493</b>
Destinação do resultado do exercício:					
Reserva de incentivos fiscais		-	1.550	(1.550)	-
Reserva de lucros		-	4.943	(4.943)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>33.532</b>	<b>(5.480)</b>	-	<b>28.052</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

CNPJ: 08.600.252/0001-63

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>7.087</b>	<b>8.230</b>
<b>Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Depreciação e amortização	2.168	2.167
Juros e variações monetárias	2.201	1.211
Receita de aplicação financeira	(607)	-
Outros	-	(30)
	<u>10.849</u>	<u>11.578</u>
<b>Aumento de Ativos</b>		
Contas a receber	3	-
Tributos compensáveis	(254)	-
Outros	(1.474)	(514)
	<u>(1.725)</u>	<u>(514)</u>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Provisão para litígios	163	-
Encargos setoriais	16	-
Fornecedores	(9)	(23)
Obrigações sociais e trabalhistas	136	-
Tributos e Contribuição Social	701	(109)
Outros	675	32
	<u>1.682</u>	<u>(100)</u>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(654)	(502)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>10.152</b>	<b>10.462</b>
<b>REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	3.813	2.200
Investimentos de curto prazo	(17.659)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(467)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(14.313)</b>	<b>2.200</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	39.758
Empréstimos e financiamentos pagos	(8.000)	(12.418)
Juros pagos (encargos de dívidas)	(2.126)	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	(4.000)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-	(1.126)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(12.000)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(10.000)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(20.126)</b>	<b>10.214</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(24.287)</b>	<b>22.876</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Saldo no início do exercício	25.507	2.631
Saldo no final do exercício	1.220	25.507
<b>(Redução) Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(24.287)</b>	<b>22.876</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (a “Companhia” ou “ETES”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 15.177	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de maio de 2020.

#### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor.

## **3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Caixa e Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam Concessionárias e Permissionárias.

### 3.2. Imobilizado e Intangível

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

### **3.3. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores e debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

### **3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.5. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

#### **3.5.1. Provisões para contingências**

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3.6. Tributação**

#### **3.6.1. Impostos sobre a receita**

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

#### **3.6.2. Imposto de renda e contribuição social:**

##### Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2019, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. Conforme a Resolução 427/2018 do Ministério de Integração Nacional, a Companhia possui direito a fruição do novo benefício a partir da entrada em operação do projeto de ampliação da infraestrutura.

##### Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

### **3.7. Reconhecimento da receita**

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

### **3.7.1. Receita anual permitida (RAP)**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

### **3.7.2. Receitas de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

## **3.8. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

## **3.9. Taxas regulamentares**

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Ativos Financeiros	15.673	15.673	25.507	25.507
Caixa e Aplicações Financeiras	15.673	15.673	25.507	25.507
Caixa	1.220	1.220	25.507	25.507
Investimentos de curto prazo - Banco Itaú - STA	14.453	14.453	-	-

### 5. Concessionárias e permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES				TOTAL 2019	TOTAL 2018
	A vencer	Mais de 60 dias	De 91 a 180 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.524	18	8	79	1.629	1.632
<b>TOTAL</b>	<b>1.524</b>	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>79</b>	<b>1.629</b>	<b>1.632</b>

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Imobilizado e intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Transmissão</b>	<b>71.577</b>	-	<b>21</b>	-	<b>71.598</b>	<b>21</b>	<b>(22.127)</b>	<b>49.471</b>	<b>51.617</b>
Terrenos	187	-	-	-	187	-	-	187	187
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.201	-	-	-	2.201	-	(751)	1.450	1.516
Máquinas e Equipamentos	69.181	-	21	-	69.202	21	(21.371)	47.831	49.909
Móveis e Utensílios	8	-	-	-	8	-	(5)	3	4
<b>Administração</b>	<b>29</b>	-	-	<b>1</b>	<b>30</b>	-	<b>(26)</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Máquinas e Equipamentos	27	-	-	1	28	-	(25)	3	3
Móveis e Utensílios	2	-	-	-	2	-	(1)	1	1
<b>Subtotal</b>	<b>71.606</b>	-	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>71.628</b>	<b>21</b>	<b>(22.153)</b>	<b>49.475</b>	<b>51.621</b>
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Transmissão</b>	<b>447</b>	<b>413</b>	<b>(21)</b>	<b>23</b>	<b>862</b>	<b>392</b>	-	<b>862</b>	<b>470</b>
Máquinas e Equipamentos	73	-	(21)	227	279	(21)	-	279	300
Móveis e Utensílios	61	-	-	22	83	-	-	83	16
Outros	313	413	-	(226)	500	413	-	500	154
<b>Administração</b>	<b>118</b>	<b>54</b>	-	-	<b>172</b>	<b>54</b>	-	<b>172</b>	<b>118</b>
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	117	117	-	-	117	-
Outros	118	54	-	(118)	54	54	-	54	118
<b>Subtotal</b>	<b>565</b>	<b>467</b>	<b>(21)</b>	<b>23</b>	<b>1.034</b>	<b>446</b>	-	<b>1.034</b>	<b>588</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>72.171</b>	<b>467</b>	-	<b>24</b>	<b>72.662</b>	<b>467</b>	<b>(22.153)</b>	<b>50.509</b>	<b>52.209</b>

6.2. A composição das adições do imobilizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	A ratear
<b>Transmissão</b>	<b>413</b>
A ratear	413
<b>Administração</b>	<b>54</b>
A ratear	54
<b>Subtotal</b>	<b>467</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado em curso</b>	<b>467</b>

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6.3. A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Valor Bruto em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Transmissão</b>	<b>922</b>	<b>922</b>	<b>922</b>	<b>922</b>
Servidões	922	922	922	922
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Subtotal</b>	<b>922</b>	<b>922</b>	<b>922</b>	<b>922</b>

  

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Valor Bruto em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Transmissão</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>104</b>
Servidões	75	75	75	75
Softwares	29	29	29	29
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Subtotal</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>104</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>1.026</b>	<b>1.026</b>	<b>1.026</b>	<b>1.026</b>

### 6.4. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão		<b>71.599</b>	<b>(22.127)</b>	<b>49.472</b>	<b>51.617</b>
Custo Histórico	3,69%	71.599	(22.127)	49.472	51.617
Administração		<b>30</b>	<b>(26)</b>	<b>4</b>	<b>29</b>
Custo Histórico	15,80%	30	(26)	4	29
		<b>71.629</b>	<b>(22.153)</b>	<b>49.476</b>	<b>51.645</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão	-	862	-	862	448
Administração	-	172	-	172	118
		<b>1.034</b>	<b>-</b>	<b>1.034</b>	<b>566</b>
		<b>72.663</b>	<b>(22.153)</b>	<b>50.509</b>	<b>52.209</b>

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**6.5.** A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Outros	2	57	406	1	1	467
<b>Total das Adições</b>	<b>2</b>	<b>57</b>	<b>406</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>467</b>

**6.6.** As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

<u>Transmissão</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures

a. Abertura do endividamento é composto da seguinte forma:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	16	7.951	19.879	27.846											
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	16	7.951	19.879	27.846	Sim	jun-18	Aval/Fiança	DI	112,00%	26/07/18	44,921	Mensal	26/06/23	Mensal	SAC

2018

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	30	7.951	27.831	35.812											
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	30	7.951	27.831	35.812	Sim	jun-18	Aval/Fiança	DI	112,00%	26/07/18	44,921	Mensal	26/06/23	Mensal	SAC

Em 26 de junho de 2018 a Companhia realizou a 1ª emissão de 40.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 40.000, cuja a efetiva data de liquidação da operação ocorreu somente em 23 de julho de 2018. As debentures terão prazo de vencimento de 5 (cinco anos) contados a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de junho de 2023. A remuneração das debêntures contempla juros de 112,00% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário das taxas médias diárias do DI, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, o valor será amortizado em parcelas mensais e consecutivas.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que inclui a manutenção da dívida líquida em montante inferior à R\$ 38.102. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas foram cumpridas.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### b. Composição do endividamento e dívida líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>16</b>	<b>7.951</b>	<b>19.879</b>	<b>27.846</b>	<b>25.580</b>
Debêntures	16	7.951	19.879	27.846	35.812
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(15.673)</b>	<b>-</b>	<b>(15.673)</b>	<b>(25.507)</b>
Alta Liquidez	-	(1.220)	-	(1.220)	(25.507)
Investimentos de curto prazo	-	(14.453)	-	(14.453)	-
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>16</b>	<b>(7.722)</b>	<b>19.879</b>	<b>12.173</b>	<b>10.305</b>
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>16</b>	<b>(7.722)</b>	<b>19.879</b>	<b>12.173</b>	<b>10.305</b>

## 8. Partes relacionadas

### 8.1. Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2011, 2012, 2015 e 2018, totalizando R\$ 12.736 (R\$7.059 em 31 de dezembro de 2018).

### 8.2. Remuneração da alta Administração

A remuneração da administração incluindo diretoria e conselho de administração totalizou em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi de R\$ 473 e R\$ 215, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

## 9. Provisões para litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
Constituição	163	163
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>173</b>	<b>173</b>
Circulante	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>173</b>	<b>173</b>

A Companhia reconhece em seus registros contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 10. Patrimônio líquido

#### 10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 33.532 composto por 29.064.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R\$ 29.064 composto por 29.064.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018).

Em 10 de dezembro de 2019 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão da reserva de incentivos fiscais em R\$ 4.468 (sem emissão de novas ações ordinárias nominativas), passando o mesmo de R\$ 29.064 para R\$ 33.532.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2019 e 31/12/2018	
	Ordinárias	%
Alupar Investimento S.A.	29.063.999	100,00
AF Energia S.A.	1	0,00
	<u>29.064.000</u>	<u>100,00</u>

#### 10.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 11. Receita operacional bruta e líquida

Receita Líquida	R\$ Mil	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	<b>16.272</b>	<b>15.695</b>
Programa de Integração Social - PIS	(346)	(228)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.590)	(1.049)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(142)	(137)
Reserva Global de Reversão - RGR	(423)	(408)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(65)	(63)
<b>Total</b>	<b>13.706</b>	<b>13.810</b>

#### Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 01 de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 4,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 1 de julho de 2012, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2017 e a próxima será em 1 de julho de 2022.

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 12. Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.072</b>	<b>1.354</b>
Remuneração	538	463
Encargos	253	-
Material	-	54
Previdência privada	8	-
Serviços de terceiros	77	512
Aluguéis	-	123
Seguros	6	25
Assistência médica e odontológica	61	-
Provisão (reversão) para contingências	-	161
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	117	-
Outros	12	16
<b>Administradores</b>	<b>426</b>	<b>-</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	170	-
Benefícios dos administradores	256	-
<b>Total</b>	<b>1.498</b>	<b>1.354</b>

### 13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para Imposto de renda e Contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.087	8.230
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	2.410	2.798
Incentivos fiscais - SUDENE	(1.550)	(1.876)
Outros	(266)	(239)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>594</b>	<b>683</b>
Taxa de imposto efetiva	8,38%	8,30%

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 14. Demonstrações do Resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia atua apenas em um único segmento uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b><u>Ativo Circulante</u></b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.220	-	1.220	25.507	-	25.507
Investimentos de curto prazo	14.453	-	14.453	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	1.550	-	1.550	1.512	-	1.512
Ativo contratual da concessão	-	13.239	13.239	-	-	-
Tributos compensáveis	831	-	831	-	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	14	-	14	-	-	-
Serviços em Curso	491	-	491	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	1.739	-	1.739	1.392	17.240	18.632
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>						
Concessionárias e permissionárias	79	-	79	120	-	120
Ativo contratual da concessão	-	94.649	94.649	-	124.818	124.818
Depósitos judiciais e cauções	243	(61)	182	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	-	-	-	234	(61)	173
Imobilizado	50.509	(50.270)	239	52.209	(52.054)	159
Intangível	1.026	(1.026)	-	1.026	(1.026)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>72.155</b>	<b>56.531</b>	<b>128.686</b>	<b>82.000</b>	<b>88.917</b>	<b>170.921</b>

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b><u>Passivo Circulante</u></b>						
Debêntures	7.967	-	7.967	7.981	-	7.981
Arrendamentos	-	21	21	-	-	-
Fornecedores	39	-	39	48	-	48
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	-	1.568	1.568	-	-	-
Partes relacionadas - Dividendos	12.736	-	12.736	7.059	-	7.059
Tributos e contribuições a recolher	1.024	25	1.049	422	24	446
Encargos regulatórios	953	-	953	896	-	896
Obrigações Sociais e Trabalhistas	404	-	404	268	-	268
Outros passivos	340	-	340	23	-	23
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>						
Debêntures	19.879	-	19.879	27.831	-	27.831
Tributos e contribuições a recolher	-	494	494	-	-	-
Provisão para Litígios	173	-	173	10	-	10
Arrendamentos	-	59	59	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	16.868	16.868	-	38.589	38.589
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	-	11.601	11.601	-	-	-
Outras obrigações	588	-	588	226	(2)	228
<b>Total do Passivo</b>	<b>44.103</b>	<b>30.636</b>	<b>74.739</b>	<b>44.764</b>	<b>38.611</b>	<b>83.379</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	33.532	-	33.532	29.064	-	29.064
Reservas de Lucros	(5.480)	25.895	20.415	8.172	50.306	58.478
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>28.052</b>	<b>25.895</b>	<b>53.947</b>	<b>37.236</b>	<b>50.306</b>	<b>87.542</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>72.155</b>	<b>56.531</b>	<b>128.686</b>	<b>82.000</b>	<b>88.917</b>	<b>170.921</b>

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita / Ingresso</b>						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	16.272	(16.272)	-	15.695	(15.695)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	(237)	(237)	-	3.172	3.172
Remuneração do ativo contratual da concessão	-	(31.244)	(31.244)	-	13.066	13.066
Receita de infraestrutura	-	13.626	13.626	-	-	-
(-) Parcela Variável	-	(43)	(43)	-	(112)	(112)
<b>Tributos</b>						
Programa de Integração Social - PIS	(346)	-	(346)	(228)	-	(228)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.590)	-	(1.590)	(1.049)	-	(1.049)
Pis e Cofins Diferido	-	3.161	3.161	-	(40)	(40)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>						
Taxas regulamentares - Diferido	-	1.024	1.024	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	(423)	-	(423)	(408)	-	(408)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(57)	-	(57)	(55)	-	(55)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(57)	-	(57)	(55)	-	(55)
Ministério de minas e energia - MME	(28)	-	(28)	(27)	-	(27)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(65)	-	(65)	(63)	-	(63)
Outros Encargos	-	-	-	-	(13)	(13)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>13.706</b>	<b>(29.985)</b>	<b>(16.279)</b>	<b>13.810</b>	<b>378</b>	<b>14.188</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>13.706</b>	<b>(29.985)</b>	<b>(16.279)</b>	<b>13.810</b>	<b>378</b>	<b>14.188</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>						
Pessoal e Administradores	(1.498)	-	(1.498)	(1.354)	-	(1.354)
Material	(37)	-	(37)	(67)	-	(67)
Serviços de Terceiros	(1.187)	-	(1.187)	(1.026)	-	(1.026)
Provisão para litígios	(164)	-	(164)	(161)	-	(161)
Arrendamento e Aluguéis	(143)	27	(116)	(216)	-	(216)
Seguros	(29)	-	(29)	(28)	-	(28)
Tributos	(50)	-	(50)	(58)	-	(58)
Depreciação	(2.170)	2.148	(22)	(2.167)	2.042	(125)
Custo de infraestrutura	-	(464)	(464)	-	(23)	(23)
Outras Despesas Operacionais	(20)	-	(20)	(78)	-	(78)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>8.408</b>	<b>(28.274)</b>	<b>(19.866)</b>	<b>8.655</b>	<b>2.397</b>	<b>11.052</b>
<b>Resultado Financeiro</b>						
Despesas Financeiras	(2.322)	(8)	(2.330)	(1.292)	-	(1.292)
Receitas Financeiras	1.001	-	1.001	867	-	867
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>7.087</b>	<b>(28.282)</b>	<b>(21.195)</b>	<b>8.230</b>	<b>2.397</b>	<b>10.627</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(594)	3.871	3.277	(683)	(1.291)	(1.974)
<b>Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício</b>	<b>6.493</b>	<b>24.411</b>	<b>(17.918)</b>	<b>7.547</b>	<b>1.106</b>	<b>8.653</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### **(a) Concessionárias e permissionárias**

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### **(b) Contas a receber ativo contratual**

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

## **ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

### (c) Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

### (d) Arrendamentos

CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os

## ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

### 15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	53.947	87.542
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(56.451)	(88.917)
Arrendamento (CPC 06)	(80)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	30.636	38.611
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><b>28.052</b></u>	<u><b>37.236</b></u>

### 15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(Prejuízo) Lucro líquido conforme contabilidade societária	(17.918)	8.653
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Receita bruta	34.170	(431)
Tributos e encargos	(3.721)	76
Depreciação e amortização	(2.148)	(2.042)
Arrendamento (CPC 06)	(27)	-
Despesas financeiras	8	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.871)	1.291
Lucro líquido regulatório	<u><b>6.493</b></u>	<u><b>7.547</b></u>

\* \* \*

---

Patrícia Nalini Sávio Ferreira  
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2